



## Incentivo para construção de salas de cinema vai à sanção

Pedro Franco/Agência Senado



Relator da MP, Eunício Oliveira (2º à esq.) conversa com Romero Jucá, Randolfe Rodrigues e Aloysio Nunes

Proposta derivada de medida provisória sofre críticas da oposição porque também trata de café, Olimpíadas, Marinha Mercante, dívidas rurais e outros assuntos

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão (PLV 3/12) que cria o Programa Cinema Perto de Você. O objetivo é ampliar, diversificar e descentralizar o mercado de salas de exibição com um regime especial de tributação e a participação de municípios e estados, além da iniciativa privada.

A mesma proposta também dá incentivos para o setor cafeeiro, trata de dívidas rurais, de agricultura familiar, transfere para a Receita Federal a administração de incentivos da Marinha Mercante e autoriza que o Fundo de Investimento do FGTS seja usado em projetos para Copa e Olimpíadas.

A oposição considerou a sobreposição de temas uma afronta ao Legislativo. **3**

Marcos Ferreira, Julio de Moura Neto, Celso Amorim, Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque em reunião de três comissões



José Cruz/Agência Senado

Reconstrução de base na Antártica começa em 2013, diz Amorim **7**

Aeroportos do interior precisam de investimentos, afirmam analistas

Senadores e debatedores concordaram em audiência realizada ontem que aviação regional requer melhorias em infraestrutura. **8**



Representantes da Infraero, da Anac, da Secretaria de Aviação Civil e das empresas aéreas debatem em comissão presidida por Benedito (C)

Jorge Cardoso/Agência Senado



Curta o Jornal do Senado no **Facebook** e fique por dentro do que acontece no Senado.  
[facebook.com/jornaldosenado](http://facebook.com/jornaldosenado)

Demóstenes Torres refuta acusações e recebe apoio **6**



Roberto Requião preside encontro da Comissão de Educação, que também aprovou projeto conferindo a Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira

Idosos podem ter entrada gratuita em estádios e eventos **4**

Márcia Kallume/Agência Senado

Empresa que pagar salário menor a mulher será multada **5**

Política pública para setor rural passa em comissão **6**



Em visita ao presidente do Senado, José Sarney, o presidente do TCU, Benjamin Zymler, pediu a participação de comissões do Congresso na elaboração de relatório preliminar sobre as contas do Executivo em 2011

# TCU quer troca de dados sobre contas do governo

O PRESIDENTE DO Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler, propôs ontem, em visita ao presidente do Senado, José Sarney, maior participação do Legislativo na elaboração do relatório preliminar sobre as contas do governo de 2011.

O parecer será votado pelo TCU em maio e encaminhado ao Senado. Também participou da reunião com Sarney o ministro do TCU José Múcio Monteiro Filho, que vai relatar a prestação de contas do Executivo.

A ideia, segundo Zymler, é coletar subsídios das comissões de fiscalização e controle do Senado e da Câmara dos Deputados durante a elaboração do documento.

— Pedimos autorização ao presidente Sarney para que houvesse uma interlocução com as comissões do Con-

gresso Nacional — explicou o presidente do TCU.

A apreciação das contas do governo é competência do tribunal, órgão que oferece suporte ao Congresso. Um dos objetivos do relatório do TCU é aperfeiçoar a gestão.

O desempenho da economia, a arrecadação e a execução das despesas em 2011 são alguns dos temas tratados. O TCU também incluirá, naquele ano, a sustentabilidade.

Zymler informou que as contas do governo serão pela primeira vez objeto de estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que compara o trabalho de controle das contas públicas em 15 países. Segundo ele, isso mostra o reconhecimento internacional da instituição que fiscaliza as contas governamentais no Brasil.

— Temos esperança de que esse trabalho da OCDE mostre que, no Brasil, o controle das contas públicas é feito de forma transparente, com absoluta segurança e de forma absolutamente republicana.

## Aeroportos

Questionado pela imprensa sobre a preocupação do TCU em relação à concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas (SP) e Guarulhos (SP), Benjamin Zymler afirmou que a análise desse processo é “absolutamente natural”, por se tratar de prerrogativa do tribunal.

— Esse acompanhamento é absolutamente natural e é feito em todas as concessões de hidrelétricas, portos, ferrovias. E será feito também em relação aos aeroportos, principalmente porque são licitações novas com conteúdo novo.



Benjamin Zymler diz, em visita a Sarney, que relatório sobre contas será objeto de estudo de entidade internacional

## Senado lança hoje programa de igualdade de gênero e raça

O Senado lança hoje o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que objetiva promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas por meio de novas concepções na gestão de pessoas. A solenidade acontece às 19h na Presidência do Senado, com a presença da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

A adesão da Casa ao programa ocorreu em julho passado, a partir de proposta de Marta Suplicy (PT-SP), aprovada pela Mesa do Senado.

O programa é executado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e tem o apoio das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho.

## Governador do Amapá pede apoio a Sarney para federalizar estatal

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do governador do Amapá, Camilo Capiberibe (PSB). O encontro foi acompanhado pelos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Raul Rodrigues (PSOL-AP), além de deputados federais e estaduais.

O governador pediu o apoio de Sarney ao processo de federalização da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Segundo Camilo Capiberibe, a ideia inicial é que a dívida da CEA seja renegociada com os credores e que o governo federal fique com 51% das ações da companhia e o estado com o restante.

Capiberibe disse que, apesar das dificuldades da CEA, o estado não corre risco de racionar energia.

## Eduardo Lopes toma posse no lugar de Marcelo Crivella

Tomou posse ontem Eduardo Lopes (PRB-RJ), suplente de Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Lopes foi deputado federal na última legislatura e é vice-presidente do PRB do Rio de Janeiro. Crivella foi nomeado ministro da Pesca e licenciou-se do Senado na última sexta-feira para assumir o cargo.

Em seu primeiro discurso no Senado, Lopes falou que seu compromisso é servir ao Rio e ao Brasil. Prometeu continuar o trabalho de Crivella.

O senador lembrou sua infância no ABC paulista. Foi metalúrgico, radialista, jornalista e diretor da Editora Gráfica Universal, ligada à Igreja Universal do Reino de Deus.

## Interlegis participa de feira de tecnologia na Alemanha

O Interlegis, secretaria especial do Senado de modernização dos Legislativos, está participando da Cebit 2012, feira de tecnologia de informação e comunicação em Hannover, na Alemanha. O Interlegis foi convidado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para apresentar seus produtos tecnológicos

— como o Portal Modelo para internet e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo —, oferecidos gratuitamente a câmaras municipais e assembleias legislativas, em um programa em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Três servidores compõem a delegação do Interlegis.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

### Plenário Justiça Militar da União

14h O primeiro projeto em votação na pauta da sessão deliberativa cria os cargos de juiz-auditor e juiz-auditor substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no âmbito da Justiça Militar da União.

### Presidência Audiência sobre transporte

11h José Sarney recebe o deputado Lourival Mendes, o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Otávio Cunha, e empresários maranhenses; às 12h, o presidente do Parlamento da Suécia, Per Westerberg; às 16h, preside ordem do dia; e, às 18h30, participa da abertura da exposição *Obrigada Brasília*.

### CAS Donas de casa e Subcomissão do FGTS

8h Instalação da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, e eleição do presidente e vice-presidente. Às 9h, a CAE examina proposta que cria sistema especial de inclusão previdenciária para donas de casa sem renda própria, entre outras voltadas às mulheres.

### CCT Planos para pessoas com deficiência

9h A Comissão e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vota projeto que obriga empresas de telecomunicações a criar planos específicos, com tarifas reduzidas, para pessoas com deficiência auditiva ou da fala. Também em pauta projetos de decreto legislativo autorizando funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

### CI Desenvolvimento da aviação civil

9h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, que integra a Comissão de Serviços de Infraestrutura, debate políticas públicas para consolidação e desenvolvimento da aviação civil. Participam da audiência Juliano Noman e Rogério Coimbra, da Secretaria de Aviação Civil, e Respicio do Espírito Santo, professor da UFRJ.

### CCJ Lei Maria da Penha

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projeto que inclui o namoro como relação íntima de afeto para os efeitos da Lei Maria da Penha

### CPI Tráfico de Pessoas

10h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Nacional e Internacional de Pessoas se reúne para apreciação de requerimentos.

### Bibliotecário Palestra de Molly Raphael

16h A Biblioteca do Senado promove palestra da presidente da American Library Association, Molly Raphael, no auditório do Interlegis, em homenagem ao Dia do Bibliotecário. Às 18h30, será aberta a exposição *Obrigada Brasília*.

### Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

19h A Primeira Vice-Presidência e a Diretoria-Geral do Senado lançam o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que promove a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



## Governo apresenta relatórios de arrecadação e da balança comercial

Representantes da Receita Federal e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior apresentaram ontem, no Senado, dados relativos à arrecadação e à balança comercial brasileira de 2011 e do início de 2012.

Os dados já divulgados pelo governo há alguns dias foram apresentados a Francisco Dornelles (PP-RJ), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Lindbergh Farias (PT-RJ), integrantes da Subcomissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional e da Subcomissão de Avaliação de Política Fiscal, ambas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Raimundo Eloi de Carvalho, lembrou que a arrecadação em janeiro de 2012 somou R\$ 102,58 bilhões, crescimento real de 6,04% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Com relação à balança comercial, o diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior do ministério, Roberto Dantas, mostrou que as exportações alcançaram US\$ 34,17 bilhões nos dois primeiros meses de 2012, enquanto as importações chegaram a US\$ 33,746 bilhões. O saldo foi 73% menor que em igual período do ano passado.



Senadores e representantes do governo: arrecadação sobe, saldo da balança cai

### Dedução de gastos de aposentado com remédios passa na CDH

Aposentados e pensionistas com provento inferior a seis salários mínimos poderão passar a deduzir do Imposto de Renda os gastos com medicamentos de uso próprio e de seus dependentes. Proposta com esse objetivo foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na justificativa da matéria (PLS 375/08), Paulo Paim (PT-RS) argumenta que a legislação só permite o abatimento com medicamentos utilizados em hospitalização, contrariando tendência de reduzir internações. A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), apresentou voto favorável à proposta, que vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

### Comissão acata dedução de despesas com livros técnicos

Despesas com aquisição de livros técnicos poderão ser deduzidas nas declarações de Imposto Renda Pessoa Física, segundo projeto aprovado na Comissão de Educação (CE). Os livros devem ser “diretamente afeitos à profissão do contribuinte, à sua instrução ou dos seus dependentes”. O PLS 549/11, de Raulo Rodrigues (PSOL-AP), segue para a CAE.

A CE ainda acompanhou voto do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), e rejeitou o PLC 40/10, que incumbia a União de estabelecer, com os estados, municípios e o DF, “conteúdos mínimos” de cada ano letivo da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio.

### Governo quer avaliar efeito de incentivo à formalização do emprego doméstico

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pretende ouvir a Receita Federal a respeito de projeto que permite às pessoas físicas deduzirem, da base de cálculo do Imposto de Renda, o salário pago a empregado doméstico.

O PLS 270/11 estava na pauta de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos, mas não foi votado devido ao pedido de vista de Jucá.

Ele disse que o projeto é “meritório”, mas que é preciso mais debate sobre seu impacto sobre a arrecadação tributária federal. A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), afirmou que o projeto incentiva a formalização do emprego doméstico. O autor, Roberto Requião (PMDB-PR), acrescentou que apenas um quarto dos domésticos tinha carteira assinada em 2009.

Projeto prioriza exibição de filmes nacionais e é derivado de medida provisória que foi criticada pela oposição porque também trata de outros assuntos, como incentivos fiscais para o setor cafeeiro



Anibal Diniz preside a sessão, enquanto Eunício Oliveira, Alvaro Dias e Walter Pinheiro discutem o projeto em votação

## Senado aprova incentivos à construção de cinemas

O SENADO APROVOU ontem o projeto de lei de conversão (PLV 3/12) que cria o Programa Cinema Perto de Você, o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) e concede incentivos para o setor cafeeiro. A matéria vai à sanção. O projeto modificou a MP 545/11 e foi aprovado sob protestos da oposição, que não vê a urgência prevista pela Constituição em alguns dos diferentes temas abordados.

O Cinema Perto de Você pretende ampliar, diversificar e descentralizar o mercado de salas de exibição, com linhas de crédito e investimento para implantação de complexos e medidas tributárias de estímulo à expansão e à modernização do setor.

Seu foco são as zonas urbanas e cidades mal atendidas pela oferta de cinemas. As ações envolvem municípios, estados e a iniciativa privada. O texto determina que, nas salas atendidas pelo programa, deverá ser priorizada a exibição de filmes nacionais.

O Recine, a ser regulamentado pelo Executivo e gerido pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), suspende pelo prazo de cinco anos a exigência da contribuição para PIS-Pasep, Cofins e IPI em operações de compra de equipamentos.

A isenção também vale para compra de material de construção. O local não poderá ser usado para outra finalidade por cinco anos.

Segundo o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a MP promove “a universalização do acesso ao cinema” a vários segmentos sociais, principalmente às classes C e D. Ele lembrou que o Brasil possui uma sala de cinema para cada 86 mil habitantes, muito abaixo de países como México e Argentina (uma para cada 30 mil) e França e Estados Unidos (uma para cada 10 mil).

### Café não torrado

A MP também suspende a contribuição para o PIS-Pasep e Cofins sobre as receitas decorrentes da venda do café não torrado, exceto em venda ao consumidor final.

Além disso, autoriza a utilização de recursos do Fundo de Investimento do FGTS em projetos ligados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, com a possibilidade de serem destinados a atividades de petróleo e gás.

O texto também transfere do Ministério dos Transportes para a Receita Federal a competência para administrar o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

### Oposição vê MP como afronta ao Legislativo

Senadores da oposição consideraram afronta ao Legislativo e à Constituição a mesma medida provisória tratar de temas desconexos como salas de cinema, setor cafeeiro, Marinha Mercante, Copa do Mundo e outros.

O relator-revisor do PLV, Eunício Oliveira, respondeu que o texto permite a renegociação de contratos de 340 mil famílias de agricultores endividadas. O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), reconheceu que a MP traz boas ações, “mas é, mais uma vez, um Frankenstein”. Afirmou ainda estranhar que dispositivo vetado em 2011 (que autoriza o uso de recursos do Fundo de Investimento do FGTS em obras para a Copa de 2014) tenha reaparecido na medida.

Jayme Campos (DEM-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO), José Agripino (DEM-RN), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Mário Couto (PSDB-PA) reforçaram as críticas. Kátia Abreu (PSD-TO) elogiou a desoneração do café, mas cobrou o mesmo para leite, frutas e cana-de-açúcar.

### Falta de reformas inibe o PIB do Brasil, diz Alvaro



Alvaro Dias

Ao comentar o crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2011 — 2,7%, bem abaixo do estimado —, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o resultado não é culpa da crise internacional, mas principalmente da inapetência do governo em fazer reformas como a administrativa, a tributária e a trabalhista. Sem elas, a capacidade de investimento do Estado fica comprometida, diz o senador.

— O que lamentamos mais é o desperdício de oportunidades de crescimento significativo. O país cresce aquém de suas possibilidades — avaliou Alvaro.

### Luiz Henrique: ICMS para crescimento harmônico

Luiz Henrique (PMDB-SC) disse ontem que não se deve demonizar as importações, que colaborariam com a modernização da indústria brasileira. Ele reconheceu, porém, que algumas comprometem a geração de emprego e promovem a desindustrialização.

O senador disse que a Casa pode dar sua colaboração com o projeto (PRS 72/10) que uniformiza a alíquota de cobrança do ICMS nas operações entre os estados com bens e mercadorias importados. Luiz Henrique disse que o Senado, ao analisar esse projeto, deve garantir o crescimento harmônico do país.



Luiz Henrique



Proposta também dá a maior de 60 anos gratuidade em museu público e evento cultural patrocinado pelo governo; texto precisa passar por mais uma comissão



Simon diz que medida não prejudica empresário



Requião, presidente da Comissão de Educação

## Comissão aprova ingresso gratuito para idoso em estádio

OS IDOSOS PODERÃO ter ingressos gratuitos em eventos esportivos realizados em estádios e ginásios, museus públicos e eventos culturais patrocinados pelo governo federal.

O benefício consta de projeto de lei (PLS 263/11) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A proposta recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto será analisado ainda pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário).

A proposição modifica o Estatuto do Idoso. Atualmente, o estatuto limita-se a assegurar às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos descontos de 50% nos ingressos para eventos culturais, esportivos, artísticos e de lazer.

A gratuidade ampliará os direitos dos idosos. O benefício, porém, como ressaltou o relator, Pedro Simon (PMDB-RS), não inviabilizará iniciativas de cunho privado, pois se restringe a eventos patrocinados pelo governo federal, museus mantidos com verba pública e estádios de futebol e ginásios esportivos.

— A proposta é simpática e interessante, principalmente porque a vida inteira se debateu a meia-entrada para estudantes. Agora parece que se está olhando também para o outro lado — disse Simon.

Em seguida, ele criticou as reformas que estão sendo feitas nos principais estádios brasileiros para a Copa de 2014, que, na avaliação dele, vão restringir o acesso dos torcedores mais pobres aos estádios.



Proposta prevê gratuidade para idoso também em espetáculos culturais patrocinados pelo governo

## Paulo Freire ganha título de Patrono da Educação Brasileira

O Senado aprovou projeto de lei que dá ao educador Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira.

O texto passou ontem na Comissão de Educação (CE) por unanimidade. Caso não haja recurso para votação no Plenário, irá para a sanção presidencial.

A proposta (PLC 50/11) é da deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Na CE, teve como relator Cristovam Buarque (PDT-DF).

Paulo Freire nasceu em Recife, em 1921. Em 1960, nas palavras de Erundina, desenvolveu método “simples e revolucionário” de alfabetização de adultos: a pedagogia da libertação, famosa mundialmente.



Freire, morto em 1997

No governo do presidente João Goulart, coordenou o Programa Nacional de Alfabetização, que tinha o objetivo de alfabetizar 5 milhões de pessoas.

— Paulo Freire é um dos brasileiros mais conhecidos no exterior. Tem busto em praças e é nome de ruas na África e na América Latina. Seus livros foram traduzidos para diversos idiomas e se transformaram em clássicos — disse Cristovam.

Erundina, quando prefeita de São Paulo, na virada dos anos 1980 para os 1990, nomeou Freire secretário de Educação. Segundo ela, Freire, morto há 15 anos, provocou “revolução educacional” em São Paulo.

## CPI da Violência contra a Mulher define seu plano de trabalho

O diagnóstico de lacunas na segurança pública e jurisdicional é um dos objetivos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, que ontem aprovou plano de trabalho. De acordo com a relatora, Ana Rita (PT-ES), a CPI também trabalhará pela apresentação de propostas de aperfeiçoamento das políticas existentes.

— A CPI não terá a missão de investigar casos de violência, mas sim a omissão de poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos

em lei — informou a relatora.

A CPI também prevê visitas a autoridades, envio de requerimentos de informações a entidades federais e estaduais, audiências públicas e elaboração de mapa da violência da contra a mulher no Brasil.

— Ao estabelecer o fluxo do processo envolvendo mulheres vítimas de violência, desde a entrada nas delegacias até a efetiva punição dos agressores, será possível apontar falhas e gargalos — explicou Ana Rita.

A presidente da CPI, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), informou que, na próxima semana, haverá audiência para ouvir a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.



Ana Rita fala ao lado das deputadas Jô Moraes e Keiko Ota

## Acatada punição mais rígida para oficiais de cartório envolvidos em tráfico de menores

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou terminativamente projeto que aumenta em um terço a punição de notários e oficiais de registro que promovam ou auxiliem o tráfico de menores para o exterior.

Se não houver recurso para votação em Plenário, a matéria (PLS 154/08) segue para a Câmara dos Deputados.

Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, para esses casos, pena de reclusão de quatro a seis anos, mais multa. Quando há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, o estatuto prevê pena de seis a oito anos, além da pena corres-

pondente à violência.

O relator do projeto, Paulo Davim (PV-RN), integrante da CPI do Tráfico de Pessoas, ressaltou que o tráfico de menores “geralmente está associado a outros crimes, como a escravidão para o trabalho — inclusive sexual — e o tráfico de órgãos e tecidos”.

### Povos indígenas

A CDH também aprovou requerimento de Vicentinho Alves (PR-TO) para realização de audiência pública sobre a situação dos povos indígenas no país. Ainda serão definidos os participantes e a data do debate.

## Para Alfredo Nascimento, importância das mulheres precisa ser reconhecida

Alfredo Nascimento (PR-AM) disse ontem que, apesar de avanços, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas para que a importância das mulheres para a sociedade seja definitivamente reconhecida.

O senador também afirmou que o Estado precisa protegê-las e lhes dar garantia de reintegração quando submetidas a abusos. Em pronunciamento, ele lembrou o Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente em 8 de março.

Nascimento enfatizou que as brasileiras têm conquistado espaços relevantes, mas ainda ganham em média 40% menos que os homens no mercado de trabalho. Para ele, é preciso também coibir severamente qualquer agressão, desde a ofensa moral até os assassinatos.

## Marta: “Presença da mulher no mercado de trabalho pode aumentar produtividade”

O aumento da produtividade no mercado de trabalho pode chegar a 25% em países onde há inserção da força de trabalho feminina, afirmou Marta Suplicy (PT-SP).

A senadora citou estudo do Banco Mundial que elogia o Brasil por conceder à mulher o dinheiro de programas de transferência de renda, “apesar de essa medida ter levado ao aumento da violência doméstica, aqui e no México”.

— A mulher recebe o dinheiro do Bolsa Família e o indivíduo quer decidir como usá-lo. Aí dá briga. Mas, em geral, isso tem aumentado o poder de barganha da mulher no lar — opinou.

O Brasil foi escolhido para divulgar o estudo por ter sido citado 40 vezes — dez por razões negativas, disse Marta. O relatório também mostra que 27% das mulheres (1,6 milhão) já viveram algum tipo de violência doméstica.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



## Ajuda de custo

Nota da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado

Sobre a matéria publicada no *Correio Braziliense* de ontem, 6/3/2012, sob o título "Receita cobra imposto embolsado por políticos", o Senado Federal presta os seguintes esclarecimentos:

A natureza jurídica indenizatória/compensatória da ajuda de custo é pacífica na doutrina e na jurisprudência e, no caso da remuneração dos congressistas, é amparada em expressa citação no corpo da Constituição.

Segundo o artigo 49, VII, da Constituição, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fixar idêntico subsídio para deputados e senadores.

O Decreto Legislativo 7/95, que "dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional" assim regulava, na data de sua edição, a referida parcela:

Art. 3º É devida ao parlamentar, no início e no final previsto para a sessão legislativa, ajuda de custo equivalente ao valor da remuneração.

§ 1º A ajuda de custo destina-se à compensação de despesas com transporte e outras imprescindíveis para o comparecimento à sessão legislativa ordinária ou à sessão legislativa extraordinária convocadas na forma da Constituição federal.

§ 2º Perderá o direito à percepção da parcela final da ajuda de custo o parlamentar que não comparecer a pelo menos dois terços da sessão legislativa.

§ 3º O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma sessão legislativa.

Posteriormente, a Emenda Constitucional 50/06 deu nova redação ao § 7º do artigo 57:

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

Com essa nova redação, vedou-se o pagamento da ajuda de custo no caso de convocação extraordinária do Congresso Nacional. Por outro lado, essa alteração no corpo permanente da Constituição eliminou qualquer dúvida que pudesse surgir da natureza jurídica — indenizatória — da ajuda de custo em tela.

Em consequência da nova ordem constitucional, o Congresso editou o Decreto Legislativo 1/06, com o seguinte texto:

Art. 1º O caput do art. 3º do Decreto Legislativo nº 7, de 19 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º É devida ao parlamentar, no início e no final previstos para a sessão legislativa ordinária, ajuda de custo equivalente ao valor da remuneração, ficando vedado o seu pagamento na sessão legislativa extraordinária.

§ 1º (Revogado).

....." (NR)

Portanto, está caracterizada a natureza indenizatória da parcela em questão e, sendo indenizatória/compensatória, a legislação tributária, a doutrina e a jurisprudência em uníssono ressalvam-na da incidência de Imposto de Renda.

Registre-se, por fim, que a referida parcela é expressa e regularmente lançada na declaração anual de rendimentos dos senadores e devidamente informada à Receita Federal do Brasil pelo Senado Federal.

Senado Federal/Secretaria Especial de Comunicação Social/Assessoria de Imprensa

Por unanimidade, Comissão de Direitos Humanos aprovou em votação final a proposta, que segue para sanção se, em cinco dias úteis, não houver recurso para votação em Plenário. Senadoras celebram avanço na semana de comemoração do Dia Internacional da Mulher

# Senado acata projeto de multa a empresa que paga menos a mulher

O SENADO APROVOU ontem por unanimidade, em votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH), projeto que estabelece multa a empresas que pagarem a mulheres salário menor que pagam para homens que fazem a mesma atividade. O projeto (PLC 130/11) segue agora para sanção se, em cinco dias úteis, não houver recurso para votação em Plenário.

De acordo com o texto, o empregador que descumprir a lei será obrigado a pagar à empregada multa correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período da contratação.

Lídice da Mata (PSB-BA), Ana Rita (PT-ES) e Ivonete Dantas (PMDB-RN) saudaram a aprovação da proposta, ressaltando que ela acontece nesta semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, e no ano em que o direito ao voto feminino, estabelecido pelo Decreto 21.076/32, completa 80 anos.



Autor do projeto, o deputado Marçal Filho (C) acompanha a votação na CDH entre os senadores Anibal Diniz e Paulo Paim

O relator na CDH, Paulo Paim (PT-RS), lembrou que a Constituição federal e a Consolidação das Leis do Trabalho já proibem a diferença de salário entre homens e mulheres que executam a mesma tarefa, sob as mesmas condições e para um mesmo empregador. O parlamentar assinalou que essas normas legais não têm sido suficientes para impedir que muitas trabalhadoras

ainda hoje enfrentem discriminação.

Paim elogiou o autor do projeto — deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que acompanhou a votação da matéria na CDH — e destacou o fato de a multa proposta não estar sujeita a desatualização monetária e ser revertida em favor da empregada discriminada.

Paim ainda agradeceu a Waldemir Moka (PMDB-MS),

relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pelo esforço para a provação. Moka disse esperar que o texto seja logo sancionado e entre em vigor.

Mesmo elogiando a aprovação do projeto, Ana Rita lembrou desafios ainda enfrentados pelas mulheres brasileiras, como a luta contra a violência doméstica e pela igualdade na sociedade.

## Rádio e TV podem ter ajuste para uso de pessoas com perda auditiva

Fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão oferecer saída de áudio para fone de ouvido ou equipamento auditivo externo, com ajuste de volume, para atender pessoas com leve ou moderada perda auditiva. É o que prevê projeto aprovado terminativamente na Comissão de Direitos Humanos. Pelo texto — substitutivo de Cyro Miranda (PSDB-GO) ao PLC 78/09, do deputado Arolde de Oliveira (PSD-RJ) —, o fabricante terá 30 dias após a venda para entregar o

produto. O comprador deve receber informações sobre cuidados a serem tomados para evitar o agravamento de perdas auditivas.

Segundo Cyro Miranda, a modificação demanda componentes já utilizados nos circuitos internos dos aparelhos de rádio e TV e, portanto, não há dificuldade técnica. Ele ampliou de 90 para 180 dias o prazo após a publicação da lei para que a indústria tome as providências necessárias para o cumprimento da norma.

## Assistência a menor viciado pode virar dever do Estado

O Estatuto da Criança e do Adolescente poderá ser modificado para prever que o poder público tenha o dever de prestar assistência médica e psicológica a menores viciados em drogas. É o que prevê substitutivo de projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A proposta (PLS 408/11) também estabelece que o Estado deverá promover campanhas de prevenção e combate ao uso de drogas.

Na justificativa, o autor, o senador licenciado Eduardo Amorim (PSC-SE), alerta para a gravidade do problema entre adolescentes, grupo considerado por ele "susceptível a influências de grupo, à manipulação publicitária e ao assédio de traficantes".

O relator, Magno Malta (PR-ES), favorável à matéria, apresentou substitutivo para incluir as crianças na proposição. O projeto vai à Comissão de Assuntos Sociais para votação final.

## Comissão aprova fundo para capacitar pessoa com deficiência

A criação do Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência, destinado a financiar a qualificação profissional desse segmento da população foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O projeto de Lídice da Mata (PSB-BA) foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será votada em caráter terminativo (não precisará ir depois para deliberação do Plenário).

A proposta (PLS 587/11)

prevê a criação de cadastro de instituições de capacitação de pessoas com deficiência.

A autora argumenta que as cotas, previstas na legislação trabalhista, não estão sendo respeitadas em razão da falta de trabalhadores capacitados. "Assim, seu treinamento e habilitação removeria o principal óbice à efetividade da lei trabalhista", diz.

O relatório favorável de Magno Malta (PR-ES) foi apresentado pelo relator *ad hoc*, Lauro Antônio (PR-SE).

## Texto permite a pai faltar ao serviço e ir a reunião escolar

O trabalhador que faltar ao trabalho para participar de reunião na escola de seus filhos poderá ter a ausência abonada, uma vez por semestre, sem prejuízo do salário.

A medida consta de projeto de lei (PLS 620/11) de Lídice da Mata (PSB-BA), aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A proposta inclui a participação em reuniões escolares entre as hipóteses de ausência justificada ao trabalho, previs-

tas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Com a proposta, Lídice da Mata quer incentivar os pais a acompanhar de perto a educação dos filhos.

O relatório favorável de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi apresentado pela relatora *ad hoc*, Ivonete Dantas (PMDB-RN).

A proposta irá para a Comissão de Educação e depois para a Comissão de Assuntos Sociais. Não precisará passar pelo Plenário.



Projeto de Valadares que visa integrar ações e consolidar estratégia para desenvolvimento sustentável no campo é aprovado na Comissão de Meio Ambiente e segue para análise de mais dois colegiados

# Comissão aprova política de desenvolvimento rural

PROJETO QUE INSTITUI a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), visando integrar ações direcionadas ao campo, foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A matéria (PLS 258/10) segue para as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), nesta última em decisão terminativa.

O projeto, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece regras para a elaboração da política, que consolidará a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, e prevê a criação do Sistema Nacional

de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural. O relatório de Anibal Diniz (PT-AC) é favorável ao projeto.

A CMA aprovou ainda requerimento de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da comissão, sugerindo a realização do evento internacional Colóquio sobre o Princípio do Retrocesso Ambiental, em data a ser definida e em parceria com diversas entidades.

Foi rejeitado o PLS 196/07, de Jayme Campos (DEM-MT), que sugeria a inclusão de informação sobre valor calórico e advertência sobre os riscos à saúde em embalagens de bebidas açucaradas. O voto

contrário de Jucá foi acatado em vez do relatório favorável elaborado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com Jucá, já há legislação e portarias ministeriais abordando de forma adequada a rotulagem de produtos alimentícios. A matéria seguirá agora para exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

## Água

Em seguida, a Subcomissão Permanente da Água, integrada à CMA, em sua primeira reunião no ano, elegeu Sérgio Souza (PMDB-PR) como presidente para o novo biênio.



Rollemberg (E) preside reunião da CMA que aprovou a realização de evento sobre o princípio do retrocesso ambiental

## Vanessa pede acordos bilaterais para a questão dos haitianos



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reclamou da falta de acordos entre Brasil e Haiti na imigração dos haitianos para os estados da região Norte. Ela pediu empenho à diplomacia brasileira para que novos tratados facilitem a fiscalização.

A senadora avaliou como elucidativa a audiência da CPI do Tráfico de Pessoas, da qual é presidente, ocorrida na segunda-feira em Manaus. Ela ressaltou, porém, que a vinda dos haitianos não seja considerada tráfico de pessoas propriamente dito, pois paga-se o custo da vinda.

## Paim afirma que não aceitará redução de direitos trabalhistas

Segurando um exemplar da primeira edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que recebeu de presente, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que não aceitará qualquer mudança que signifique o fim ou a redução de direitos trabalhistas.

Desde que a CLT entrou em vigor, em 1º de maio de 1943, segundo o senador, já foram feitas mais de 200 alterações, desfigurando o texto original.

— Estou muito preocupado porque entendo que está em plena gestação no Brasil mais um movimento para flexibilizar a CLT, a maior conquista dos trabalhadores brasileiros — disse.

## Souza apoia Aldo Rebelo em impasse com secretário da Fifa



Sérgio Souza (PMDB-PR) manifestou ontem apoio ao ministro do Esporte, Aldo Rebelo, no impasse com o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, que criticou duramente os organizadores brasileiros da Copa do Mundo de 2014.

— Trata-se de uma afronta ao país e a nossas instituições. O senhor Valcke desrespeitou os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e, assim, a sociedade brasileira.

O senador apoiou a decisão do ministro de pedir à Fifa que nomeie outro interlocutor para o lugar de Valcke.

# Demóstenes Torres nega que esteja sendo investigado

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) negou ter cometido “qualquer irregularidade” em suas relações com Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso na semana passada pela Polícia Federal sob a acusação de explorar máquinas caça-níqueis.

O parlamentar disse ontem em Plenário que não é investigado pela prática de nenhum ilícito e exigiu investigação sobre si mesmo. No último fim de semana, reportagens apontaram amizade entre o senador e Cachoeira.

De acordo com Demóstenes, suas relações são pessoais, de amizade, e não há nada que prove qualquer atitude ilegal nas quase 300 ligações telefônicas trocadas entre eles, e que foram publicadas pela imprensa.

— Não existe nem nunca existiu nenhuma apuração que envolva o meu nome. O motivo é óbvio: não existe nada. Tranquilizo vossas excelências. Não sou investigado em nenhum fato, não sou acusado de nada, conforme provam os dados obtidos da Procuradoria-Geral da República e do Supremo Tribunal Federal — disse.

Demóstenes lembrou que compete ao STF investigar autoridades, entre elas os parlamentares.

— Portanto, investigação iniciada há mais de um ano, somente agora concluída e enviada para a Justiça Federal de primeiro grau não pode ter nome de senador investigado. E, se tivesse, a operação estaria eivada de vício, seria declarada nula e jogada por terra. Ora, a questão está judicializada, inclusive com prisões preventivas decretadas. Assim, não há a menor possibilidade jurídica do meu envolvimento — disse.

Segundo o senador, o fruto das apurações da Operação Monte Carlo, que desarticulou quadrilha que explorava máquinas de



Segundo Demóstenes, relação com Carlinhos Cachoeira é de amizade

caça-níquel em quatro estados e no Distrito Federal, deveria ter sido guardado com discrição, inclusive em relação a alguém que não é investigado nem acusado.

— Mas agora eu é que exijo ser investigado na forma legal pelo foro adequado, o previsto na Constituição da República: o Supremo Tribunal Federal — declarou.

## Solidariedade

O senador foi apartado por 44 senadores, todos ressaltando a confiança no parlamentar, sua competência jurídica e seu trabalho atuante na oposição ao governo federal.

Segundo Demóstenes, as ligações telefônicas monitoradas para investigar Cachoeira são de conversas triviais e tiveram sua frequência ampliada durante o período em que o parlamentar e sua mulher envolveram-se numa questão pessoal de amiga dela, casada com o acusado.

— O contato pessoal, ainda que frequente, não significa participação em seus afazeres ocultos, muito menos aprová-los quando eles vierem à luz. Nesta Casa, sempre me opus ao jogo, votando contra todas as iniciativas de legalizá-lo — lembrou o senador.

Demóstenes também admitiu ter recebido de Cachoeira um conjunto de fogão e geladeira como presente de casamento, ocorrido em julho de 2011. Mas disse nunca ter perguntado o valor do presente.

— Até por uma questão de educação — disse.

## Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



## Avança projeto de multa maior para crime ambiental

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem substitutivo a projeto de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) que eleva os limites das multas por crimes ambientais. Pela proposta (PLS 731/11), a faixa atual para multas administrativas, de R\$ 50 a R\$ 50 milhões, passa para de R\$ 300 a R\$ 200 milhões.

Pelo projeto, a multa máxima com base no Código Penal poderá ser ampliada em até cinco vezes se a Justiça concluir que o teto original representa um valor ineficaz devido à vantagem econômica obtida com o descaso ou a ausência de medidas de proteção ao meio ambiente. Hoje, o aumento é de no máximo três vezes.

A proposta agora segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se aprovada, será encaminhada à Câmara dos Deputados. O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), sugeriu o substitutivo pela necessidade de ajuste de técnica legislativa, sem alterar o conteúdo do texto.

Rollemberg esclarece na justificativa que as multas penais e administrativas, previstas em dispositivos da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), foram estabelecidas há 14 anos. Na sua avaliação, os valores já não condizem com a magnitude dos danos causados, nem com as vantagens obtidas pelos infratores.

Na hipótese de derramamento de petróleo em bacias litorâneas, por exemplo, ele diz que as empresas não se sentem estimuladas a zelar pela segurança de suas operações. Isso porque, conforme assinalou, os preços do petróleo dispararam desde quando a lei entrou em vigor, mas os tetos das multas se mantiveram inalterados.



Ao lado de representantes da Marinha e dos senadores Rollemberg e Cristovam (D), Amorim (C) diz que será necessário submeter o projeto aos países integrantes do Tratado da Antártica

# Construção de nova base antártica deve começar no verão de 2013

A informação é do ministro da Defesa, Celso Amorim, que em audiência no Senado estimou os custos da obra em R\$ 100 milhões

O MINISTRO DA Defesa, Celso Amorim, informou ontem aos senadores que a construção de nova base científica na Antártica só deve começar no verão de 2013/2014 e pode custar cerca de R\$ 100 milhões. A unidade vai substituir a Estação Comandante Ferraz, parcialmente destruída por incêndio em 25 de fevereiro.

Durante audiência conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), Meio Ambiente (CMA) e Defesa Nacional (CRE), o ministro esclareceu que será elaborado um pré-projeto este ano. Depois, será necessário submeter o projeto detalhado aos países integrantes do Tratado da Antártica, o que deve ocorrer em maio de 2013.

— A experiência nos mostra que, entre o projeto e a construção de uma base na Antártica, são necessários de três a quatro anos, desde que os recursos venham de maneira contínua — explicou o ministro.

O valor exato para erguer a nova estação não foi especificado por Celso Amorim. Todavia, segundo ele, o custo médio de uma estação moderna e de porte “razoável” é de cerca de R\$ 100 milhões. O plano de construção deve levar em consideração experiências de outros países, como Espanha e Coreia do Sul, que acabaram de construir bases naquele continente.

O professor e diretor do Centro Polar e Climático da Universidade do Rio

Grande do Sul (UFRGS), Jefferson Simões, informou que o incêndio não paralisou totalmente as pesquisas e cerca de 60% dos projetos estão preservados. A preocupação, agora, acrescentou, é manter plenamente os trabalhos que não foram afetados.

O pesquisador informou que grande parte dos dados referentes às pesquisas está no Brasil. Como observou, “um cientista maduro não iria perder seus dados de décadas numa tacada só”.

Até a construção da nova base, os profissionais poderão trabalhar com a ajuda de dois navios polares: o Ary Rongel, mais no apoio logístico; e o Almirante Maximiano, com cinco laboratórios e capaz de acomodar 35 pesquisadores.

Além disso, os estudos devem continuar em módulos emergenciais, a serem construídos com habitabilidade e estrutura de pesquisa, e nos laboratórios da base que não foram diretamente atingidos pelo incêndio.

Os senadores foram unânimes na defesa das pesquisas e da presença na Antártica. O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que comandou a audiência, ressaltou que o Programa Antártico “tomará outra dimensão” após o acidente. Já o presidente da Frente Parlamentar Pró-Antártica, Cristovam Buarque (PDT-DF), reafirmou o compromisso de continuar lutando por mais recursos.

## Incêndio na estação deixou dois mortos

O incêndio na base Comandante Ferraz começou na madrugada do sábado 25 de fevereiro, no local onde ficam os geradores que fornecem energia à estação. O acidente deixou dois militares mortos e 70% da base destruída.

As partes mais atingidas foram o prédio principal e alguns laboratórios. Os refúgios (módulos para emergência), os tanques de combustíveis e o heliponto, que são estruturas isoladas do prédio principal, escaparam das chamas.

O comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto, considerou o ocorrido uma fatalidade e negou que a tragédia tenha acontecido por falta de recursos ou de manutenção nos equipamentos.

— Há um inquérito em andamento e perícias sendo realizadas, mas não temos dúvida de que foi uma fatalidade.

A pesquisadora Rosalinda Montone disse que, diferentemente do que tem sido divulgado, a estação estava em muito boas condições. Porém, reconheceu a necessidade de se construir uma unidade “mais segura e ambientalmente correta”.

A estação entrou em operação em 1984. As principais linhas de pesquisa tratam de biologia marinha, de monitoramento ambiental e da camada de ozônio.

## Braga pede providências sobre água em Manaus

Eduardo Braga (PMDB-AM) pediu ontem, em pronunciamento, que o Ministério Público tome providências sobre a empresa Águas do Amazonas, para que Manaus tenha serviços adequados de água e esgoto. Segundo ele, a chegada de um novo sócio para a concessionária, anunciada como solução, não trará resultados concretos.



— Os problemas de abastecimento de água na capital se acentuaram desde o momento da privatização da concessão, lá nos idos anos 2000, e ampliaram-se a partir da repactuação ocorrida em 2007, quando o grupo atual passou a mandar na concessionária pagando a irrisória quantia de um dólar pela maioria do capital da empresa.

## Capiberibe cobra resultado de operação da PF

João Capiberibe (PSB-AP) cobrou os resultados de operação contra a corrupção realizada em setembro de 2010 no Amapá. A ação da Polícia Federal, batizada de Mãos Limpas, resultou na prisão do então governador do estado, Pedro Paulo Dias, e de outras 17 pessoas. A investigação tratava de denúncias de desvios de recursos federais em áreas



como educação, saúde, segurança e assistência social. — O que nós queremos é que as instituições responsáveis, o Ministério Público, que conduz as investigações, e o STJ, que é a instância que determinou as prisões, tragam os resultados dessas apurações e que os responsáveis por esses crimes sejam punidos.





Walter Américo, Tárík Pereira, senador Benedito de Lira, Victor Celestino e, atrás, Fabiana Todesco, em audiência na CDR

## “País precisa investir em aeroportos no interior”

Senadores e convidados de audiência na CDR concordam que, para expandir a aviação civil regional e atender a crescente demanda no interior do país, é necessário melhorar a infraestrutura de aeroportos

INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM infraestrutura aeroportuária devem ser o primeiro passo para o desenvolvimento da aviação no interior do país, onde cresce a demanda por esses serviços. Essa foi a conclusão da audiência realizada ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), quarta de um ciclo iniciado em 2011 sobre entraves ao desenvolvimento regional no Brasil.

Nos últimos oito anos, o setor de transporte aéreo registrou crescimento médio de 12,3% ao ano. O dado foi divulgado por Fabiana Todesco, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Segundo ela, a secretaria está definindo como utilizar o fundo específico do setor no fomento e desenvolvimento da aviação civil regional.

— Temos interesse de in-

vestir e fazer parcerias com estados e municípios para construção dos aeroportos no interior — assegurou.

O gerente de Engenharia de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tárík Pereira de Souza, informou que a Anac, sem desprezar regras de segurança, tem revisto normas para atender aeródromos de pequeno porte e incentivar a aviação regional. O trabalho esbarra em obstáculos como a ausência de administração aeroportuária permanente no local e de administradores com capacidade técnica.

O superintendente de Planejamento de Operações da Infraero, Walter Américo Souza, acrescentou que há impedimentos ambientais, de acessibilidade e obstáculos em volta dos aeródromos,

problemas que extrapolam a administração aeroportuária.

O representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Victor Celestino, afirmou que o alto custo operacional da aviação civil dificulta a ampliação de rotas regionais pelas companhias aéreas. Questionado por Ana Amélia (PP-RS), ele admitiu que pode haver aumento de passagens nos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília, administrados desde fevereiro pela iniciativa privada.

Quando à ampliação de oferta para o Nordeste solicitada por Vital do Rêgo (PMDB-PB), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Lauro Antônio (PR-SE), Celestino respondeu que “a demanda tem surgido, mas a infraestrutura nos aeroportos da região não avança na mesma velocidade”.

## Senado debaterá abertura geral dos portos

O fim das restrições ao investidor privado na construção e na exploração de portos deverá ser discutido em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A data ainda será definida.

A realização foi decidida durante a discussão de projeto de lei (PLS 118/09) de Kátia Abreu (PSD-TO) que permite a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.

Apesar de a Lei dos Portos prever o uso privativo, o Decreto 6.620/08, ao regulamentar a matéria, estabeleceu que o uso privativo deve ter sua construção e exploração “vinculadas e justificadas por sua carga própria”. Assim, barrou a possibilidade de algum investidor privado construir porto e admitir a movimentação de cargas de terceiros, prerrogativa

só dada a terminais públicos.

Kátia Abreu argumentou que o país não pode prescindir do investidor privado para resolver o problema do “apagão logístico” que impede o adequado escoamento da produção agrícola. A parlamentar lembrou que ferrovias, rodovias

e aeroportos têm investidores privados.

O relator do projeto, Jorge Viana (PT-AC), considerou inapropriado estender às instalações portuárias de uso privativo função idêntica à reservada aos terminais de uso público.



Lobão Filho e Kátia Abreu na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

## Comissão rejeita fim de cobrança antecipada para serviços

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem projeto que proíbe cobrança antecipada de mensalidade de prestação de serviços.

Apesar da manifestação favorável do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), o colegiado acompanhou voto em separado de Humberto Costa (PT-PE), que apontou a inviabilidade de serviços como reservas de hotéis e passagens de ônibus, sem o pagamento antecipado. Humberto citou o pagamento de matrícula, que configuraria antecipação de prestação, no caso dos estabelecimentos educacionais.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o projeto (PLC 57/09), embora em princípio favoreça o consumidor, pode prejudicá-lo em operações como a aquisição de pacote turístico.

O voto em separado acabou tornando-se o parecer da CAE, que agora será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

De autoria do então deputado federal Celso Russomanno, o projeto propõe alteração no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

### RESPONSABILIDADE FISCAL VAI A PLENÁRIO

A CAE também aprovou ontem relatório de Aloysio Nunes (PSDB-SP) contrário a projeto de lei do Senado que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O autor do projeto (PLS 715/11 — Complementar), Eduardo Amorim (PSC-SE), pretende restringir as sanções previstas na LRF ao órgão ou Poder que deu causa ao descumprimento do limite com despesa de pessoal.

Aloysio Nunes disse que a modificação proposta “atua em desfavor” dos mecanismos de controle de gastos, enfraquecendo a lei. A decisão final sobre o projeto caberá ao Plenário.

### MP “ATROPELA” PROJETO, AVALIA ALOYSIO NUNES

Projeto de lei que determina a proporcionalidade entre número de estudantes beneficiados e valor da isenção fiscal no âmbito do Programa Universidade para Todos (Prouni) foi considerado prejudicado pela CAE.

O relator, Aloysio Nunes (PSDB-SP), concordou integralmente com o projeto (PLS 318/11), mas lamentou o fato de a proposta ter sido “atropelada” por medida provisória do governo (MP 517/10). O senador criticou o Executivo por prejudicar a iniciativa parlamentar.

— Mais uma vez, iniciativa do Parlamento é relegada.

### Casildo critica redução de verbas para a saúde

Waldemir Barreto/Agência Senado



Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou ontem dados divulgados na semana passada pelo

Ministério da Saúde apontando que a saúde requer mais recursos e melhor gestão.

O estado mais bem situado em *ranking* do governo, Santa Catarina, recebeu a nota 6,29, enquanto a média brasileira foi de 5,47. No entanto, disse o senador, o governo decidiu reduzir os recursos para a saúde em cerca de R\$ 7 bilhões.

— Se em Santa Catarina, que lidera o *ranking*, a situação ainda guarda uma série de carências, que agruras enfrenta o cidadão paraense, por exemplo? — questionou o senador, lembrando que o Pará ficou com a menor nota: 4,17.

Casildo elogiou a gestão de saúde de Santa Catarina, que, segundo ele, tem buscado descentralizar os recursos, ainda que enfrente grandes desafios, como a falta de leitos.

### Davim: faculdades mal avaliadas não devem reabrir vagas

Paulo Davim (PV-RN) criticou ontem a reabertura de vagas em faculdades de medicina que,



em 2008, foram consideradas inadequadas pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

A Secretaria de Ensino Superior do ministério resolveu diminuir o número de vagas nas faculdades consideradas inadequadas, mas o Conselho Nacional de Educação decidiu reabrir algumas das vagas.

— Precisamos nos esmerar na formação dos médicos. O Brasil já dispõe de 375 mil médicos, numa proporção de 1,5 médico para cada mil habitantes — disse.

O senador explicou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera satisfatória a proporção de um médico para cada mil habitantes. Davim também lembrou que o Brasil já possui 185 faculdades de medicina.